

QUESTÕES INÉDITAS - FGV

Questão n. 1

1. Saulo é Juiz de Direito há 15 anos na comarca X situada no estado de Sergipe. Seu filho, Joaquim, acaba por se formar em Direito e, após regular concurso público, é aprovado em primeiro lugar para exercer o cargo na comarca Y. Após 2 anos da sua posse, Joaquim é removido, a pedido, para a mesma comarca em que o pai atua como Magistrado. Logo, o ato de remoção de Joaquim será, conforme a Lei de Organização Judiciária do Estado de Sergipe:

- (A) sem efeito, pois deu causa a impedimento entre Magistrado e Servidor em razão do parentesco de primeiro grau em linha reta.
- (B) inválido, devendo Joaquim, em razão de ser o último nomeado, ser afastado do cargo de Oficial de Justiça e colocado em disponibilidade.
- (C) válido, pois foi aprovado pela autoridade competente.
- (D) inválido, devendo Joaquim ser exonerado do cargo de Oficial de Justiça por ter dado causa ao impedimento.
- (E) sem efeito, porém, Saulo será removido em virtude da relação de hierarquia com o cargo de Oficial de Justiça.

Questão n. 2

2. Segundo a Lei de Organização Judiciária do Estado de Sergipe, a distribuição em 1º grau de jurisdição obedecerá as seguintes regras, exceto:

- (A) igualdade do serviço forense entre os Juízos e entre as Serventias
- (B) prioridade de distribuição a Juízos de entrâncias iniciais
- (C) o registro cronológico e sistemático de todos os feitos ingressados no Foro
- (D) em caso de urgência, a distribuição poderá ser realizada a qualquer hora, independentemente da expedição de guias, operando-se, oportunamente, a devida compensação
- (E) a disciplina do ato de distribuição compete à Corregedoria Geral da Justiça

Questão n. 3

3. Acerca da Lei de Organização Judiciária do Estado de Sergipe, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Observadas as cautelas da Lei, o Servidor designado pelo Magistrado expedirá, a requerimento, certidão de qualquer ato, termo ou teor constante de processo, livro ou documento a seu cargo.
- (B) A licença-prêmio dos servidores titulares de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário do Estado de Sergipe pode ser convertida em pecúnia, de caráter indenizatório.
- (C) Poderá ser convertido em pecúnia a totalidade dos meses de cada período de licença-prêmio adquirida pelo servidor.
- (D) O valor da conversão de licença-prêmio em pecúnia é o correspondente à remuneração, subsídio ou proventos do servidor ou magistrado no mês em que for efetivado o pagamento.
- (E) É permitido ao servidor formular requerimento objetivando o fracionamento das suas férias em até 3 (três) períodos de, no mínimo, 10 (dez) dias cada.

Questão n. 4

4. O Regimento Interno do TJ-SE dispõe acerca das audiências e sessões:

- (A) As sessões podem ser ordinárias, extraordinárias ou esporádicas.
- (B) As sessões ordinárias e extraordinárias podem ser, conforme a matéria, judiciais ou administrativas, sendo estas últimas compostas, exclusivamente, por Juízes de Direito de primeira instância.
- (C) O Relator deverá delegar competência a Juízes de Direito para realização de atos instrutórios.
- (D) As audiências serão públicas, salvo nos casos previstos em lei ou quando o interesse da Justiça determinar o contrário.
- (E) Se a parte, no decorrer da instrução, se portar inconvenientemente, os demais atos instrutórios prosseguirão sem a sua participação, não podendo, no entanto, ser suprimida a sua presença.

Questão n. 5

5. Acerca das regras procedimentais previstas no Regimento Interno do TJ-SE, analise as assertivas a seguir.

I - O pedido de instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas será dirigido ao Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição.

II - Somente pelo voto da maioria absoluta dos Membros do Tribunal Pleno será declarada a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.

III - Poderá ser objeto de súmula qualquer matéria jurisdicional ou administrativa a cujo respeito não haja divergência na aplicação do direito ou na interpretação da lei.

IV - A proposição de assunção de competência poderá ser realizada de ofício.

Estão corretas as afirmativas:

(A) I, II e III.

(B) II e III.

(C) I, III e IV.

(D) II e IV.

(E) II, III e IV.

Questão n. 6

6. À luz das disposições sobre ações penais no Regimento Interno do TJ-SE, assinale a alternativa incorreta.

(A) O procedimento investigatório e a ação penal serão distribuídos sob sigilo, desde que haja pedido nos autos, salvo determinação posterior contrária do Relator.

(B) A denúncia nos crimes de ação pública, a queixa nos de ação privada, bem como a representação, quando dispensável ao exercício da primeira, serão dirigidas ao Presidente do Tribunal, que a mandará distribuir na forma deste regimento.

(C) Se o indiciado estiver preso, o prazo para oferecimento da denúncia será de 5 (cinco) dias.

(D) Nenhum acusado, ainda que foragido, será processado sem defensor, sendo-lhe nomeado, pelo Relator, ressalvado o seu direito de, a qualquer tempo, nomear outro de sua confiança.

(E) O acusado que não for pobre, na forma da lei, arcará com o pagamento dos honorários do defensor dativo, arbitrados pelo Relator.

Questão n. 7

7. Sobre os recursos no Regimento Interno do TJ-SE, assinale a alternativa correta.

(A) Os embargos infringentes e de nulidade são cabíveis de decisões proferidas em apelação criminal, carta testemunhável, recurso de ofício, recurso em sentido estrito ou agravo criminal e nos demais casos previstos em lei.

(B) Interpostos os embargos, será dada vista ao recorrido, para contrarrazões, em 15 (quinze) dias.

(C) Da decisão que não admitir os embargos caberá agravo, em 10 (dez) dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.

(D) Contra a decisão monocrática do Relator caberá agravo interno, no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de preparo.

(E) Se a decisão recorrida for proferida em regime forense regular, o agravo será dirigido ao Relator a quem for distribuído o feito.